

CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE*

James O'Connor **

...a teoria marxiana do capital pode servir de pano de fundo e delimitar os confins da pesquisa, mas deve ser dada uma grande importância prática e teórica às lutas da sociedade civil contra a capitalização da terra e do trabalho.

A categoria chave, para o tema tratado aqui, é a das "condições de produção", abordada por Karl Marx e Karl Polanyi. Segundo Marx, as condições de produção são três: "condições pessoais" ou força-de-trabalho humana; "condições gerais, comunitárias", ou espaço urbano, comunicações e infra-estrutura de transporte; "condições externas", ou ambiente e natureza. Para Polanyi as condições são duas, a terra e o trabalho, que juntas expressam os mesmos conteúdos das três condições marxianas.

A minha abordagem à teoria do capitalismo, da "segunda contradição" e da crise econômica deve muito a Polanyi, devido à sua teoria sobre os efeitos que a mercantilização do trabalho e da terra exerce sobre a estabilidade social e as respostas da sociedade, em defesa da "economia moral". Porém, Polanyi não problematiza suficientemente a sociedade, que passa a não ser entendida como "sociedade dividida em classes": tampouco formula uma teoria adequada do capitalismo e da crise. Assim, torna-se necessário integrar a abordagem de Polanyi com a teoria marxista da explora-

ção e da acumulação capitalista, em uma abordagem nova, definida marxista-polanyista.

Sob o perfil teórico, as condições de produção dizem respeito a tudo aquilo que é tratado como mercadoria, não obstante não tenha sido produzido como mercadoria, com base à lei do valor, ou lei dos mercados. Uma definição tão ampla permite reunificar em uma só categoria a força-de-trabalho, a terra, a natureza e o espaço urbano. Permite, além disso, individualizar os elementos comuns (e as diferenças) entre capital, força-de-trabalho, natureza e espaço, de um lado; o movimento operário, os movimentos femininos, ambientalistas e sociais, de outro. Deste modo, é possível teorizar sobre os novos movimentos sociais no interior da moldura marxista em sentido amplo. Assim podemos determinar de que modo as condições de produção e os novos movimentos sociais se relacionam aos circuitos do capital, da acumulação capitalista, da crise, da concorrência e do mercado mundial.

Minha abordagem é então marxista-polanyista-marxista. O que quero dizer é que a teoria marxiana do capital pode servir de pano de fundo e delimitar os confins da pesquisa, mas deve ser dada uma grande importância prática e teórica às lutas da sociedade civil contra a capitalização da terra e do trabalho, e esta abordagem nos leva ao "pós-marxismo" e a uma leitura nova dos movimentos sociais e da teoria da democracia radical.

Condições de produção, Estado e novos movimentos sociais

Sendo que as condições de produção não são produzidas como mercadorias, é preciso que alguém as torne dispo-

níveis ao capital na quantia, qualidade, tempos e lugares necessários. Este alguém é o Estado: todas as atividades do Estado liberal-burguês - com exceção da emissão de moeda e das forças armadas - entram na categoria da "regulamentação ou produção das condições de produção". Os exemplos dos três tipos de condições são: 1) trabalho, família, instrução e política de welfare; 2) transportes urbanos, comunicações, uso do território e política urbanista; 3) água, ar, terra, costas e parques.

É por isso que os novos movimentos sociais são políticos por definição, no sentido de que o Estado e a burocracia entram em todos os aspectos da produção das condições, e na regulamentação do acesso do capital a elas. Mas a estrutura e as políticas dos Estados são muito diferentes nos diversos países, de maneira que também as oportunidades e os vínculos dos movimentos sociais diferem amplamente de um lugar para outro. Daí a importância que as políticas regionais e locais têm para a esquerda hoje. A atenção com tudo aquilo que é "local" deve ser acrescida pela especificidade dos "lugares" da política e da burocracia, como também daqueles sociais, culturais e ecológicos. Os novos movimentos sociais são mais políticos que os sindicatos, mas também mais locais e regionais, com a exceção daqueles sindicatos que priorizam a saúde e a segurança no local de trabalho e no território, a assistência à infância, o transporte casa-trabalho, a habitação.

* Traduzido da Revista de ecologia socialista, (n° 6, dezembro de 1992, pp. 9 a 18) por Gionavi Menegoz.

** Intelectual americano, diretor da revista Capitalismo, natureza e socialismo e autor, entre outros, do livro Estado e crise capitalista.

Primeira e segunda contradição

O que é a segunda contradição? Quais as suas causas? Quais as suas conseqüências? O resto deste texto concentra-se nestas três questões sem exauri-las.

A primeira contradição pode ser simbolizada pela taxa de exploração S/V (C/V aqui é omitida), que é o elemento central da teoria do capital e da crise de Marx. É ao mesmo tempo uma categoria econômica e sociológica. Expressa o domínio político e social do capital sobre o trabalho e também a propensão à crise de realização. Por exemplo, se o comando do capital sobre o trabalho é elevado, também S/V será elevado, e o risco de uma crise de realização será maior. Vai daí a necessidade de uma estrutura crediária sempre mais extensa, de marketing sempre mais agressivo, de inovações de produtos sempre mais velozes e de uma concorrência sempre mais intensa. Em conclusão, a primeira contradição do capital é interna ao sistema e não tem nada mais a ver com as condições de produção, sejam elas definidas em sentido econômico, social ou político.

A segunda contradição tem uma simbolização mais complexa: V , ou a dimensão da cesta dos bens de consumo, mas também do seu conteúdo em valor, ou v ; o conteúdo em valor de C , mas também de sua dimensão (expressa por um número índice qualquer): os custos dos elementos naturais que entram no capital constante e variável"; da renda sobre a terra, entendida como parte do excedente; e das "externalidades negativas", ou seja, os custos dos congestionamentos nas cidades.

Na segunda contradição nenhum elemento assume uma posição central no plano teórico. Todos os elementos são, ao mesmo tempo, categorias político-sociológicas e categorias econômicas. Por exemplo, a renda sobre as terras reflete o poder do capital fundiário sobre o capital industrial; os custos de congestionamento refletem as lutas sobre os transportes regionais e locais; o custo das matérias-primas reflete não somente a renda sobre as terras e o poder dos monopólios, mas também o poder do capital sobre o trabalho na produção de matérias-primas. Um último exemplo: o custo da terra, da água, e assim por diante, reflete o poder do movimento ecologista com relação ao poder social

complexivo do capital (para não falar do poder do ambientalismo sobre o dos sindicatos). Com estes exemplos quero sugerir que uma teoria economicista da segunda contradição é menos justificável com relação à tradicional teoria marxista do que a primeira contradição.

A primeira contradição do capitalismo ataca o capital do lado da demanda; expressa superprodução de capital. A segunda ataca o capital do lado dos custos; expressa subprodução de capital. Na primeira não há dificuldades em produzir a mais-valia, e é por isso que a realização do valor e da mais-valia é difícil. Na segunda não há nenhum problema em realizar o valor e a mais-valia, e é por isso que a produção da mais-valia é problemática. Deixando de lado as causas conjunturais da segunda contradição, é claro que - a partir do momento que um déficit de mercado leva ao keynesismo de Estado, a acordos salariais de produtividade e ao consumismo - analogamente, um déficit de excedente e de lucro leva ao redimensionamento do keynesismo e à ruptura dos acordos de produtividade e do consumismo.

Causas da segunda contradição

A causa principal da segunda contradição é o uso e a apropriação autodestrutiva da força de trabalho, do espaço e da natureza externa, o ambiente. A crise atual da saúde, da instrução e da família, a crise urbana e a ecológica exemplificam esta autodestrutividade.

Quero sublinhar aqui duas questões. Uma é que o desenvolvimento capitalista mundial, posterior à Segunda Guerra Mundial, teria sido impossível sem o deflorestamento, a poluição do ar, da água, da atmosfera, o buraco no ozônio e os outros desastres ecológicos; sem a construção de metrópoles, sem prever-se do congestionamento, do uso racional da terra e dos sistemas de transporte, da construção civil para habitações e dos aluguéis; por fim, na mais total indiferença em relação à saúde das populações locais, a seu estado físico e psicológico, à instrução e aos outros elementos da produção socializada da força-de-trabalho, presente e futura. Se o capital global tivesse se preocupado em salvar a saúde das condições da produção no mesmo nível que se encontravam no fim da Segunda Guerra Mundial, as taxas de crescimento do produto nacio-

nal resultariam provavelmente iguais à metade daquelas que se conhecem através das estatísticas (ou talvez a quarta parte).

A outra questão refere-se ao fato de que as causas da segunda contradição são ao mesmo tempo econômicas e sociais. São econômicas porque a falta de trabalho assalariado disciplinado, a carência de espaço urbano e metropolitano e de recursos ambientais faz aumentar os custos através das *normais* forças de mercado; sociais, porque também as lutas dos trabalhadores e das mulheres, os movimentos urbanos e as lutas ambientais - organizadas, de um modo ou de outro, para combater o pleno uso capitalista das condições de produção e sua contínua reestruturação - fazem aumentar os custos, reduzindo a flexibilidade do capital em geral e da força-de-trabalho em particular.

Conclui-se que tanto as carências naturais e autoproduzidas de força-de-trabalho, ar, terra, espaço, e assim por diante, como as lutas sociais organizadas em defesa da força-de-trabalho, do espaço urbano e da natureza, contribuem a fazer aumentar os custos do capital constante (em quantidade e valor) e daquele variável (da cesta de consumo, em quantidade e valor). Reduzem a flexibilidade do capital, limitando as maneiras através das quais o capital emprega o trabalho, o espaço, a terra e os outros recursos; em suma, diminuem o *turn-over* do capital.

O modo através do qual as causas econômicas (inclusive as autoproduzidas) e as causas sociais se condicionam reciprocamente ainda não foi estudado. No caso de Taiwan, por exemplo, não sabemos por quais razões - sociais, políticas ou econômicas - o capital local abandonou seu próprio país: a terra, a água, o ar e as outras condições são péssimas, e a força-de-trabalho é agitada e mobilizada. Não sabemos também em que medida a destruição da terra e das populações da América Central pode ser explicada através de um modelo de dualismo econômico do tipo daquele de Janvry, ou ainda de uma abordagem mais ligada aos problemas de classe e às lutas camponesas. Em uma conferência organizada por CSN (Capitalism, Nature, Socialism), na American Economics Association, Ben Wisner argumentou que a deterioração da natureza e da vida urbana na África é uma conseqüência da

Conclui-se que tanto as carências naturais e autoproduzidas de força-de-trabalho, ar, terra, espaço, e assim por diante, como as lutas sociais organizadas em defesa da força-de-trabalho, do espaço urbano e da natureza, contribuem a fazer aumentar os custos do capital constante (em quantidade e valor) e daquele variável (da cesta de consumo, em quantidade e valor).

luta de classe, de gênero e raciais. Em uma outra intervenção, Brinda Rao argumentou que é a capitalização da água a causa da crise das cidades na Índia e que leva também a uma crise de identidade e ao surgimento de um novo movimento rural entre as mulheres. Dan Faber, na mesma conferência, disse que nos Estados Unidos o aumento dos custos do capital não é tanto deternimando por fatores econômicos, quanto pelas lutas ambientalistas para a proteção da terra, da água, do espaço livre e assim por diante. Talvez fosse necessário ter uma posição muito aberta sobre a maneira pela qual as carências de recursos e as lutas políticas contribuem, juntas, a determinar a segunda contradição do capitalismo.

Conseqüências da segunda contradição

A conseqüência mais óbvia e importante da segunda contradição consiste no fato de que o capital encontra limites, freqüentemente autoproduzidos, de espaço, trabalho disciplinado e socializado, terra boa, ar limpo e assim por diante. A versão burguesa deste problema é a dos limites ao crescimento, teorizada pelo Clube de Roma e por muitos de seus epígonos. A versão marxista é que o capital não encontra nunca limites absolutos, mas limitações de

matérias-primas, de espaço e assim por diante, e déficit de flexibilidade, que se manifestam sob a forma de crises econômicas. A crise é, portanto, sempre localizada por causa das especificidades de lugar das condições de produção - e esta é uma das razões da natureza descontínua e desequilibrada dos períodos de prosperidade e dos de crise (a assim chamada crise "pós-moderna").

Em geral, com o surgimento de muitas crises locais (ou momentos de guinadas econômicas e sociais), pode-se verificar uma recessão que serve para superar as carências das condições de produção, restabelecer a disciplina do trabalho e criar novas flexibilidades (às vezes para realocação do capital). Logo, as barreiras "externas" do capital manifestam-se sob a forma de crise econômica, como obviamente fazem as barreiras internas (ou primeira contradição). Por exemplo, a escassez de petróleo bruto a preços convenientes, na metade dos anos sessenta, não produziu uma escassez absoluta de energia, mas a redistribuição do capital da indústria para o setor de solos (nos Estados petrolíferos), e isso causou a redução dos lucros na indústria. E causou problemas de liquidez na indústria, a diminuição do ritmo dos investimentos e da produtividade, fortes pressões inflacionárias e um impulso à "poupança e conservação de energia", assim como um aumento no desenvolvimento e oferta de tecnologias alternativas (sob o perfil da energia) no restante do sistema produtivo.

Quando o capital ameaça a si mesmo, destruindo ou prejudicando as suas próprias condições de produção (possibilidade que Marx nunca teorizou), estabelece-se uma crise de custos. O capital busca, então, reestruturar as condições de produção, na tentativa de reduzir os custos. Normalmente isso significa maior intervenção estatal, isto é, formas mais sociais de produção, das condições de produção. Os exemplos são numerosos: na agricultura da Califórnia, o *establishment* estatal do setor reivindica uma "agricultura sustentável", obtendo deste modo a legitimação para o desenvolvimento das biotecnologias, a serem empregadas para o controle dos parasitas. Este posicionamento, de outro lado, encontra consenso por parte dos produtores, acossados pelos custos crescentes da espiral dos pesticidas. Em Los Angeles, a indústria e as infra-estruturas

estão sendo reestruturadas por agências estatais, voltadas para o controle de poluição do ar, na tentativa até agora inútil de solucionar as conseqüências pesadas da poluição e do congestionamento: esta reestruturação - não por acaso - significa precisamente a eliminação das pequenas empresas nos setores industriais mais poluidores, como a indústria de móveis, vernizes e corantes, e o fortalecimento do capital como sujeito habilitado à despoluição do ar. É importante sublinhar, além disso, que a despoluição do ar é regulamentada por entidades estatais, muito bem caracterizadas no plano político. O mesmo acontece na reestruturação do espaço urbano e dos transportes públicos, para reduzir os custos de congestionamento. Os exemplos são inúmeros, e é suficiente aqui citar ainda as tentativas de reduzir os custos crescentes da instrução e da saúde, entregues a entidades estatais e caracterizadas no plano político.

Apesar disso, o capital e o Estado nunca são totalmente livres para decidir sobre a reestruturação das condições de produção, que são também meios de subsistência, bens de consumo e, com relação à força-de-trabalho, coincidem com a própria vida das pessoas. A reestruturação capitalista encontra, portanto, muitas resistências que se manifestam de maneira particularmente dramática perante desastres naturais. Também neste caso se pode falar de crise produzida pela segunda contradição, como de uma luta *social e política*, isto é, de um período no qual nada está de antemão previsto, no qual se recoloca em discussão a quem cabe decidir sobre as condições de produção: ao capital ou ao trabalho, às populações locais, à comunidade.

Sendo que o Estado regulamenta o acesso e a produção das condições de produção, todas as lutas a respeito da reestruturação das condições de produção são lutas políticas. Os movimentos ambientalistas, urbanos, feministas e outros devem se confrontar com entidades estatais, legitimadas pelo poder estatal, assessoradas por técnicos estatais, etc. Inevitavelmente entram em jogo as finalidades destas entidades estatais, a sua divisão do trabalho, os níveis de autoridade e capacidade técnica, etc. e são colocadas novamente em discussão as regras a respeito da imparcialidade e da reificação da burocracia. Esta con-

frontação aumenta os desafios da luta e transforma as lutas ambientais, sociais e econômicas em lutas políticas, sobre a maneira através da qual opera a burocracia estatal. Assim, torna-se possível reconstruir uma continuidade entre 1968 e os anos 90: a unidade estratégica (não somente tática) entre movimentos acaba por se deslocar em direção à democratização do Estado. À demanda de "democracia radical" vinda das áreas pós-marxistas, pode-se, portanto, responder - pelo menos parcialmente - nos termos de uma teoria eomarxista (ou eco-marxista-polanyista) do capital e de suas condições de produção.

Conclusões

Os pós-marxistas ocupam-se dos novos movimentos sociais e da democracia radical, "que exalta as diferenças" e rejeita tanto a confrontação impossível entre os sexos como a abordagem totalizante da teoria social e da prática política; consideram irrelevante, ou acabado, o movimento operário tradicional. Não oferecem, porém, nenhuma teoria dos novos movimentos sociais (a não ser uma "política de identidade" do tipo esquerda-weberiano), em superação do movimento operário tradicional. Ao contrário, a teoria eco-marxista está enraizada precisamente sobre o conceito de trabalho social (ampliado para a inclusão do trabalho de produção das condições de produção) e sobre as mudanças da divisão internacional do trabalho. É possível agora avançar as seguintes hipóteses:

1) A nova divisão internacional do trabalho e a hegemonia do capital transnacional enfraqueceu o trabalho e as lutas nos locais de trabalho, a nível mundial - graças à forte mobilização política do capital nos anos oitenta;

2) Na metade dos anos setenta, o capital reagiu à baixa taxa de crescimento da demanda mundial, aumentando a taxa de exploração do trabalho e deixando que as condições de produção se deteriorassem na tentativa de reduzir os custos de produção. A estratégia adotada pelo capital como um todo e pela maioria dos Estados era explorar mais o trabalho e outras condições de produção, as populações locais e a natureza. Sendo que a taxa de esgotamento e poluição da natureza depende da taxa de acumulação e da taxa de lucro, o aumento da taxa de

exploração do trabalho determinou um aumento das taxas de acumulação e lucro, portanto, um aumento das taxas de esgotamento e poluição da natureza: mais o capital explora o trabalho, mais explora também a natureza e vice-versa. A nova concorrência com o Extremo Oriente agravou a situação nos Estados Unidos e nas outras áreas, derrotadas pela luta competitiva;

3) A fraqueza ou insignificância do movimento operário determinou-se, portanto, de duas maneiras: por causa da nova divisão internacional do trabalho; e por causa do deslocamento de interesse do capital e dos novos movimentos sociais da produção para as condições de produção;

4) O nascimento dos novos movimentos sociais, organizados em volta das condições de produção, deslocou a luta de classe do lugar de trabalho ao território; do capital à burocracia estatal, que se tornou o alvo principal das lutas. As lutas pela democracia no local de trabalho tiveram como alvo a defesa da força-de-trabalho contra os ataques do capital; as pela democracia no território a defender e reestruturar as condições locais de produção e ambiente; as pela democracia econômica visaram à democratização da burocracia, ao registro de candidaturas a cargos políticos, ao impedimento da reeleição automática dos candidatos que saem, e assim por diante.

Em conclusão, segundo a teoria eco-marxista, o capital se autodestrói por causa do aumento dos custos para saúde, instrução, welfare; o custo dos transportes urbanos, dos alugueis, a renda urbana; os custos de exploração da natureza de "elementos de capital constante e variável". A segunda contradição do capital como um todo, e tudo isso no contexto de um sistema crediário sempre mais frágil e inflacionado. Neste quadro, o capital parece bastante incerto e inseguro quanto às novas formas de regulamentação de um possível novo ciclo de acumulação. Os capitalistas individuais continuarão a reduzir os custos de todas as maneiras possíveis e, assim fazendo, sem se aperceber disso, causarão o aumento dos custos do capital como um todo, pondo em risco seus próprios mercados, como nos ensina a primeira contradição. Em conclusão, o capital tem hoje, diante de si, dois problemas: o aumento dos custos e o baixo nível da demanda, isto é, a segunda e a primeira

contradição. Portanto, o capital hoje tem como óbices tanto a inovação do processo (ou corte dos custos) como a inovação do produto (ou ampliação do mercado); é de se espantar, portanto, se vivemos num tipo de mundo hipercapitalista?

Os porta-vozes globais do capital e os *managers* mais ousados do setor público buscam reconstruir as condições de produção nas maneiras ainda possíveis depois de um nível de destruição tão elevado. Mas esta estratégia de longo prazo é contestada constantemente pelos novos movimentos sociais que também se ocupam da saúde, da educação, das condições urbanas e do ambiente, e que enfatizam seu valor de uso no lugar do de troca, tentando fortalecer as formas democráticas do processo decisório, contra o poder técnico da burocracia e do Estado. Os novos movimentos sociais chocam-se, porém, com a política de "segurança de Estado", às vezes através de uma repressão brutal (como, por exemplo, no caso dos movimentos negros urbanos e do movimento *Earth First* nos Estados Unidos). O que está em jogo torna-se sempre mais importante, e dá lugar a uma crise geral da economia e da sociedade, da legitimação e da hegemonia ideológica. As conseqüências destas crises são até hoje totalmente desconhecidas; estes são momentos, portanto, nos quais o comportamento dos indivíduos e dos grupos pode pesar na balança, pode fazer diferença.

Este é o contexto (ou conjuntura) das novas configurações e políticas vermelho-verde-feministas que emergem no cenário mundial. Todas as questões que estiveram ao centro das atenções do socialismo - a desigualdade, a injustiça e assim por diante - estão irresolvidas, perante nós; a elas se acrescentam as novas questões levantadas pelos novos movimentos sociais. Há uma ocasião melhor do que essa para os sindicatos, a esquerda, os movimentos ambientalistas, feministas, comunitários e urbanos unirem-se para dar vida a um novo movimento eco-socialista, ecofeminista e eco-urbano? Em poucas palavras, uma nova força capaz de mudar a história. E desta vez, para melhor.